



**TERMO DE REFERÊNCIA (TR) N° 09/2026**

**Processo Administrativo nº:** 07/2026

**Órgão/Entidade:** Câmara Municipal de Primavera do Leste – MT

**Unidade Requisitante:** Setor de Compras / Coordenadoria de Licitações e Contratos

**Forma de Contratação:** Contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021

**Data:** 19 de fevereiro de 2026

**1. OBJETO**

**1.1.** Contratação de **assinatura anual** do sistema **Banco de Preços**, com acesso via internet mediante login e senha, contemplando 01 licença para 02 usuários, suporte técnico ilimitado e treinamento ilimitado com certificação, conforme proposta comercial do fornecedor, para atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Primavera do Leste – MT.

**2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A presente contratação visa atender à necessidade institucional de aprimoramento das rotinas de pesquisa de preços, planejamento e instrução dos processos de contratação da Câmara Municipal, assegurando maior padronização metodológica, rastreabilidade das informações, confiabilidade das pesquisas e segurança jurídica dos atos administrativos, em observância à Lei Federal nº 14.133/2021 e aos princípios da legalidade, eficiência e motivação.

**2.2.** A utilização de solução tecnológica especializada contribui para a melhoria da fase interna das contratações, reduzindo o tempo de elaboração dos artefatos, minimizando retrabalho, ampliando a consistência das justificativas de preço e fortalecendo a transparência e a fundamentação técnica dos processos, mitigando riscos de apontamentos por órgãos de controle e de responsabilização administrativa.

**2.3.** A ausência de ferramenta estruturada de apoio à pesquisa de preços pode comprometer a qualidade das estimativas, aumentar a exposição dos processos a questionamentos externos e impactar a eficiência das contratações realizadas pela Administração.

**3. DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DO CONTROLE DE FRACIONAMENTO**

**3.1.** A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Câmara Municipal, estando compatível com o Plano de Contratações Anual – PCA do exercício, bem como tendo sido previamente avaliada pelo setor requisitante e inserida no fluxo regular de contratações da Administração.

**3.2.** A demanda está compatível com as diretrizes administrativas, com o planejamento das aquisições do exercício e com as necessidades permanentes de apoio às atividades de planejamento e instrução das contratações públicas.





**3.3.** Registra-se que a contratação não decorre de fracionamento indevido de despesa, tratando-se de contratação autônoma, com objeto definido, justificativa própria e previsão orçamentária específica, observando-se os princípios da legalidade, da eficiência e da economicidade, bem como o dever de planejamento das contratações públicas, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

**3.4.** O Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar e os demais elementos instrutórios do processo evidenciam a regularidade do planejamento e o alinhamento da contratação às necessidades institucionais da Administração.

#### **4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**4.1.** A presente contratação encontra respaldo na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto ao planejamento e instrução processual (arts. 18 e 40), à contratação direta por inexigibilidade de licitação (art. 74, inciso I), à gestão e fiscalização contratual (art. 117), ao recebimento do objeto (art. 140), ao pagamento (art. 145), à manutenção das condições de habilitação (art. 92, inciso XVI) e à aplicação de sanções administrativas (arts. 156 a 159), aplicando-se, ainda, os normativos internos e demais disposições legais correlatas.

#### **5. ENQUADRAMENTO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

**5.1.** Nos termos do art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, especialmente nos casos em que o objeto somente possa ser fornecido por empresa ou representante comercial exclusivo, situação que deve ser devidamente comprovada nos autos do processo administrativo.

**5.2.** A caracterização da inexigibilidade não decorre de mera preferência administrativa, tampouco de especificação restritiva indevida, mas da verificação objetiva de que a solução tecnológica pretendida apresenta conjunto integrado de funcionalidades, metodologia estruturada de formação de preços públicos, consolidação automatizada de múltiplas fontes oficiais e mecanismos próprios de tratamento técnico dos dados que não se encontram reproduzidos simultaneamente por outras soluções disponíveis no mercado.

**5.3.** A instrução processual deverá conter, obrigatoriamente:

I – Declaração formal de exclusividade emitida pelo fornecedor ou por entidade representativa idônea;

II – Documentação comprobatória da titularidade da solução tecnológica;

III – Elementos objetivos que demonstrem a inviabilidade de competição;

IV – Justificativa de preço nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

**5.4.** A inexigibilidade somente será juridicamente válida após a comprovação formal da exclusividade ou da efetiva inviabilidade de competição, devidamente motivada pela autoridade competente..

#### **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO / ESPECIFICAÇÕES**

**6.1.** A solução compreende a contratação de assinatura/licença anual do sistema Banco de Preços, com acesso via internet mediante autenticação por login e senha, devendo contemplar, no mínimo:

a) realização de pesquisas e cotações de preços diretamente na plataforma;

b) pesquisa e seleção de preços por meio de filtros, incluindo objeto, CATMAT/CATSER, regiões,





órgãos, modalidades e outros parâmetros disponíveis;  
c) possibilidade de composição de cesta de preços, registro e salvamento das pesquisas realizadas;  
d) emissão de relatórios em formato PDF e/ou planilha eletrônica, contendo parâmetros utilizados e resultados obtidos;  
e) disponibilização de suporte técnico durante toda a vigência contratual;  
f) disponibilização de treinamento inicial aos usuários indicados pela Administração, bem como suporte contínuo e orientação técnica durante a vigência contratual, sem limitação de carga horária, conforme proposta comercial;  
g) atualização periódica da base de dados e manutenção contínua do serviço durante toda a vigência contratual;  
h) deverá permitir, no mínimo, 1 acesso simultâneo e até 2 usuários não simultâneos, conforme proposta comercial.

## 7. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO / ITEM

7.1. O objeto será contratado em item único, conforme abaixo:

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR TOTAL
01	27038	Assinatura/licença anual do sistema <b>Banco de Preços</b> com acesso via web por login/senha, suporte técnico e treinamento, conforme proposta comercial. ( 1 licença para 2 usuários)	UNID	01	R\$ 4.638,88

## 8. DO VALOR ESTIMADO E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

8.1. O valor estimado para a contratação corresponde a R\$ 4.638,88 (quatro mil seiscentos e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos), relativo à assinatura anual do sistema pelo período de 12 (doze) meses.

8.2. Em conformidade com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, a justificativa de preço em contratações diretas deverá demonstrar a compatibilidade do valor contratado com os preços praticados no mercado.

8.3. A comprovação da compatibilidade será realizada mediante:

- I – Proposta comercial formal da empresa fornecedora;
- II – Pesquisa de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos;
- III – Documentos extraídos de portais oficiais, PNCP, portais de transparência ou extratos de contratos;
- IV – Manifestação técnica do setor requisitante quanto à adequação do valor frente às funcionalidades ofertadas.

8.4. A vantajosidade será analisada considerando não apenas o valor nominal da assinatura, mas também os benefícios institucionais decorrentes da padronização metodológica, redução de riscos de sobrepreço, mitigação de apontamentos por órgãos de controle e ganho de eficiência administrativa.

8.5. A contratação direta não exime a Administração do dever de demonstrar economicidade, devendo os autos evidenciar que o valor pactuado é compatível com o praticado junto a outros entes públicos.





## 9. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO LICITADO

9.1. A presente contratação será formalizada por meio de contrato administrativo direto, em item único, não se tratando de Ata de Registro de Preços, devendo observar as condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

9.2. O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, com início em **23 de maio de 2026**, período durante o qual deverá ser mantida a disponibilização do sistema, suporte técnico, atualizações e demais serviços contratados.

9.3. A entrega do objeto consiste na disponibilização do acesso ao sistema Banco de Preços, com ativação da assinatura anual, liberação de credenciais (login e senha) e disponibilização do ambiente digital em nuvem, destinado ao uso institucional da CONTRATANTE.

9.4. O fornecimento compreenderá todos os serviços necessários à execução integral do objeto contratado, incluindo, obrigatoriamente:

9.4.1. Disponibilização de acesso remoto por credenciais individuais e/ou institucionais, com orientações de uso e condições de segurança da informação;

9.4.2. Ativação da assinatura/licença anual e liberação das funcionalidades contratadas, com acesso online contínuo e seguro, sem necessidade de instalação local;

9.4.3. Disponibilização de bases e funcionalidades de pesquisa, seleção e relatórios, acompanhadas de orientações técnicas necessárias;

9.4.4. Realização de treinamento inicial da equipe designada pela Administração, abrangendo operação do sistema, criação de cotações, seleção de preços e extração de relatórios;

9.4.5. Entrega definitiva do objeto, condicionada à verificação do funcionamento integral e emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo pela fiscalização do contrato.

9.5. A contratada deverá observar rigorosamente os prazos pactuados para disponibilização do acesso, suporte técnico e correções necessárias, sob pena de aplicação das sanções previstas em lei e no contrato.

9.6. O prazo de execução da disponibilização do acesso e ativação da assinatura permanecerá vinculado às condições estabelecidas neste Termo de Referência, cabendo à contratada alinhar as providências técnicas com o setor requisitante e com a fiscalização designada.

9.6.1. Será admitida a antecipação de etapas parciais, desde que formalmente autorizadas pela fiscalização, hipótese em que a contratada será comunicada para dar início imediato às providências necessárias.

9.7. O prazo máximo para disponibilização do acesso, ativação da licença, liberação das credenciais e entrega integral do objeto será de até **48 horas**, contados do recebimento de autorização formal do ente, desde que a vigência da contratação já tenha se iniciado.

## 10. GESTÃO DO CONTRATO

10.1. A gestão e a fiscalização da execução contratual serão exercidas por servidor(es) formalmente designado(s) por meio de portaria específica, em observância ao disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. Compete ao gestor e ao fiscal do contrato acompanhar a execução do objeto, verificando o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada e a conformidade do serviço com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.





**10.3.** Durante a execução contratual, deverá ser monitorada, de forma contínua, a disponibilidade do sistema, a atualização das bases de dados, a qualidade do suporte técnico prestado, o cumprimento dos prazos e a adequação das funcionalidades disponibilizadas aos parâmetros contratados.

**10.4.** Constatadas faltas, falhas ou irregularidades, o fiscal do contrato deverá intervir de imediato, requisitando à contratada as providências necessárias à correção, bem como registrar as ocorrências em relatório próprio, a fim de subsidiar a adoção de medidas administrativas, inclusive aplicação de sanções previstas na legislação e no contrato.

## **11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**11.1.** O pagamento decorrente da contratação será realizado em parcela única, condicionado à execução integral do objeto, que compreende a liberação de acesso, bem como a realização de treinamento inicial, caso necessário, para assegurar o pleno funcionamento e a adequada utilização do serviço contratado. A liquidação da despesa ocorrerá mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo gestor ou fiscal do contrato, confirmando que todas as etapas previstas foram efetivamente cumpridas.

**11.2.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do atesto da Nota Fiscal, em conformidade com o art. 145 da Lei Federal nº 14.133/2021. Para que a despesa seja liquidada, a contratada deverá manter atualizadas suas comprovações de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária na data do pagamento, conforme exigido pela legislação vigente.

**11.3.** Poderão incidir glosas, descontos ou retenções nos valores devidos quando constatado descumprimento parcial das obrigações contratuais, falhas na execução ou quando houver determinações legais aplicáveis, especialmente no que se refere a tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

## **12. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**12.1.** Para fins de habilitação jurídica, empresa a ser contratada deverá apresentar documentação comprobatória de sua existência legal e de seu regular funcionamento, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**12.2.** Será exigida a seguinte documentação:

**12.2.1.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório competente e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

**12.2.2.** Registro comercial, no caso de empresa individual;

**12.2.3.** Documento de identidade dos sócios ou responsáveis legais;

**12.2.4.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso, com Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) compatível com o objeto da contratação, admitindo-se como compatíveis as atividades que abrangem ou se relacionem diretamente ao fornecimento ou à prestação do serviço a ser contratado.





#### **14. DA HABILITAÇÃO**

**14.1.** Para fins de formalização da contratação, será exigida da empresa a comprovação de sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, bem como habilitação econômico-financeira, além da demonstração de capacidade técnica compatível com o objeto contratado. A contratada deverá manter todas as condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência durante toda a vigência contratual, sob pena de aplicação das sanções previstas em lei e no contrato.

**14.2.** A qualificação técnica poderá ser comprovada por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que evidenciem experiência na prestação de serviços compatíveis com o objeto.

**14.3.** A verificação da regularidade poderá ser realizada mediante consulta a sistemas oficiais de certidões e registros públicos.

**14.4.** A habilitação econômico-financeira será comprovada mediante apresentação:

**14.4.1.** Do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinados por profissional habilitado;

**14.4.2.** De certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

#### **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**15.1.** Constituem obrigações da Câmara Municipal de Primavera do Leste – MT, na qualidade de contratante:

**15.1.1.** Assegurar à contratada, quando necessário, o acesso às dependências da sede da Câmara ou aos ambientes institucionais envolvidos na execução contratual, garantindo condições adequadas para a prestação do serviço;

**15.1.2.** Disponibilizar, de forma tempestiva, as informações institucionais necessárias à plena execução do objeto contratado, tais como perfis autorizados, usuários cadastrados e parâmetros de utilização, quando aplicável;

**15.1.3.** Designar formalmente o gestor e os fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução, com registro das ocorrências em processo administrativo próprio;

**15.1.4.** Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade dos serviços com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual;

**15.1.5.** Efetuar os pagamentos devidos à contratada nos prazos fixados neste Termo de Referência, após apresentação da Nota Fiscal e respectivo atesto pelo fiscal do contrato, em conformidade com o art. 145 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**15.1.6.** Comunicar formalmente à contratadas quaisquer falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas na execução do contrato, fixando prazo razoável para o seu saneamento;

**15.1.7.** Aplicar as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no contrato, em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada;





**15.1.8.** Providenciar a emissão do Termo de Recebimento Provisório e do Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, após a verificação da execução do objeto e a posterior aceitação definitiva dos serviços contratados.

**15.1.9.** Adotar as providências administrativas necessárias para assegurar a regular execução do objeto durante a vigência contratual, preservando a continuidade das atividades institucionais.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**18.1.** A contratada obriga-se a executar o objeto em estrita conformidade com este Termo de Referência, com o instrumento contratual e com a legislação aplicável, observando as normas técnicas pertinentes e os princípios que regem a Administração Pública.

**18.2.** Constituem obrigações específicas da contratada:

**18.2.1.** Disponibilizar a assinatura anual/licença de uso do sistema Banco de Preços, assegurando acesso online contínuo, seguro e estável durante toda a vigência contratual;

**18.2.2.** Executar a ativação do serviço e a liberação das credenciais de acesso, garantindo a plena operacionalização da solução;

**18.2.3.** Manter infraestrutura tecnológica adequada ao funcionamento da plataforma em nuvem, com mecanismos de segurança da informação, integridade e disponibilidade compatíveis com a natureza do serviço prestado;

**18.2.4.** Prestar suporte técnico durante toda a vigência contratual, orientando os usuários e atendendo às solicitações relacionadas ao uso e funcionamento do sistema;

**18.2.5.** Disponibilizar manuais, guias e materiais de orientação em língua portuguesa, quando aplicável;

**18.2.6.** Garantir a atualização periódica da base de dados e a manutenção evolutiva da plataforma, assegurando o funcionamento adequado das funcionalidades contratadas;

**18.2.7.** Promover o treinamento inicial dos servidores indicados pela Administração, abrangendo a utilização do sistema, criação de cotações, aplicação de filtros, emissão de relatórios e demais funcionalidades disponíveis;

**18.2.8.** Reparar, corrigir ou solucionar, às suas expensas e dentro dos prazos fixados pela fiscalização, eventuais falhas, indisponibilidades ou inconsistências verificadas na execução do serviço;

**18.2.9.** Responsabilizar-se integralmente por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

**18.2.10.** Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas, em conformidade com o art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

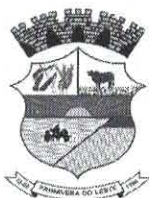
**18.3.** O descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas nos arts. 156 a 159 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal que lhe forem aplicáveis.

## **17. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**19.1.** É vedada a subcontratação total do objeto contratado, quando não previamente autorizada pela Administração, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções previstas nos arts.

156 a 159 da Lei Federal nº 14.133/2021.





**19.2.** Será admitida, de forma excepcional e mediante autorização prévia e expressa da Administração, a subcontratação parcial de atividades acessórias ou complementares, desde que observados os seguintes requisitos:

**19.2.1.** A subcontratação não poderá comprometer a integridade, a qualidade técnica, a segurança da informação ou a continuidade do serviço;

**19.2.2.** Não poderão ser subcontratadas as atividades essenciais relacionadas à disponibilização do acesso ao sistema, manutenção da plataforma e suporte técnico principal;

**19.2.3.** A contratada deverá apresentar previamente à Administração a relação dos serviços a serem subcontratados, com a identificação da empresa subcontratada e a respectiva documentação compatível com a atividade a ser executada;

**19.2.4.** A autorização deverá ser formalizada por meio de termo aditivo contratual ou apostilamento.

**19.3.** A contratada permanecerá integral e exclusivamente responsável perante a Administração pela plena execução do objeto, pela qualidade técnica do serviço e pelo cumprimento de todos os prazos e condições contratuais, ainda que autorizada a subcontratação parcial.

**19.4.** A utilização de mão de obra terceirizada para atividades meramente auxiliares não será considerada subcontratação, desde que não implique transferência da responsabilidade técnica ou execução das parcelas principais do contrato.

## **18. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO**

**20.1.** O recebimento do objeto observará o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, ocorrendo em duas etapas distintas:

**20.1.1.** Recebimento Provisório, a ser realizado em até 05 (cinco) dias úteis após a disponibilização do acesso e ativação do serviço, mediante verificação preliminar do funcionamento da plataforma, liberação das credenciais e análise da documentação apresentada pela contratada;

**20.1.2.** Recebimento Definitivo, a ser realizado em até 05 (cinco) dias após o recebimento provisório, condicionado à comprovação do funcionamento regular do sistema, à correção de eventuais falhas identificadas, à disponibilização do suporte técnico e à conclusão do treinamento inicial, quando previsto.

**20.2.** Poderá ser emitido Termo de Recebimento Provisório parcial, quando houver disponibilização autônoma de funcionalidades ou etapas operacionais do serviço, desde que formalmente atestadas pela fiscalização.

**20.3.** A emissão do Termo de Recebimento Definitivo não exime a contratada da responsabilidade por vícios, falhas ou defeitos posteriormente identificados, respondendo integralmente pelas obrigações decorrentes da garantia legal e contratual durante toda a vigência do contrato.

## **19. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**21.1.** O contrato decorrente da presente contratação terá vigência de 12 (doze) meses, com início em 23 de maio de 2026, nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**21.2.** O prazo de vigência poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado pela Administração, autorizado pela autoridade competente, observada a disponibilidade orçamentária e mantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**21.3.** A vigência contratual compreenderá todo o período necessário à execução integral do objeto, incluindo disponibilização do acesso, manutenção do serviço, suporte técnico, atualizações,





treinamento e recebimento definitivo.  
**21.4.** Encerrado o prazo contratual sem manifestação expressa da Administração quanto à prorrogação, considerar-se-á automaticamente extinto o contrato, sem direito a indenizações ou prorrogações tácitas.

## **20. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**20.1.** Os preços contratados permanecerão fixos e irrevogáveis durante os primeiros 12 (doze) meses de vigência contratual, contados a partir de 23 de maio de 2026, em conformidade com o art. 134 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**20.2.** Após esse período, e desde que haja prorrogação da vigência contratual, poderá ser admitido reajuste anual, utilizando-se como data-base o marco inicial da vigência do contrato e aplicando-se o índice IPCA/IBGE, ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, **o qual somente será aplicado mediante solicitação formal da CONTRATADA.**

**20.3.** Na hipótese de extinção do índice pactuado, será adotado o índice que vier a ser indicado pelo órgão oficial competente para substituí-lo, assegurada a formal revisão contratual.

**20.4.** O reajuste incidirá exclusivamente sobre os valores ainda não pagos, não produzindo efeitos retroativos.

**20.5.** Independentemente do reajuste previsto nos itens anteriores, fica assegurado às partes o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, sempre que ocorrerem fatos supervenientes que alterem as condições originalmente pactuadas, nos termos dos arts. 18, 92 e 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**20.6.** A revisão destinada ao reequilíbrio deverá ser solicitada mediante justificativa formal e apresentação dos documentos comprobatórios, produzindo efeitos somente a partir da data do protocolo do pedido.

## **23. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**23.1.** Considerando a natureza imaterial do objeto, o baixo valor da contratação e o pagamento condicionado à efetiva disponibilização da solução, deixa-se de exigir garantia contratual, em observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

## **24. DOS REPASSES E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**24.1.** As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta de recursos próprios da Câmara Municipal de Primavera do Leste – MT, consignados no orçamento vigente, sob classificação funcional programática e elemento de despesa compatíveis com a natureza do objeto.

**24.2.** O empenho da despesa será realizado previamente à assinatura do contrato, observando-se a disponibilidade orçamentária, as normas de execução financeira e o princípio da responsabilidade fiscal.

**24.3.** A Câmara Municipal assegura que serão adotadas todas as providências necessárias para a emissão da Nota de Empenho vinculada ao contrato administrativo antes do início de sua execução.

**24.4.** Fica vedada a realização de despesas ou pagamentos sem a correspondente autorização orçamentária, sendo nulos de pleno direito quaisquer atos administrativos que impliquem assunção de obrigação sem cobertura de crédito.





**24.5.** Eventuais prorrogações contratuais ou reajustes dependerão da existência de dotação orçamentária específica, devidamente prevista na Lei Orçamentária Anual – LOA ou em créditos adicionais regularmente autorizados.

**24.6.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

<b>Órgão</b>	<b>01</b>	<b>CÂMARA MUNICIPAL</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>01.00.01</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>
<b>Unidade Executora</b>	<b>01.001</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>
<b>Ficha</b>	<b>003</b>	
<b>Função programática</b>	<b>01.031.0001-1.002</b>	<b>IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E SISTEMAS INTEGRADOS</b>
<b>Elemento</b>	<b>3.3.90.40.00</b>	<b>SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO</b>

## **25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**25.1.** O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, sujeitará a empresa às sanções previstas nos arts. 156 a 159 da Lei Federal nº 14.133/2021, dentre as quais:

**25.1.1.** Advertência por escrito, nos casos de falhas formais ou descumprimentos de menor gravidade;

**25.1.2.** Multa, na forma estabelecida no instrumento contratual e nos demais documentos da contratação, podendo ser:

**a)** Moratória, aplicada em razão de atraso injustificado;

**b)** Compensatória, aplicada em razão de inexecução parcial ou total do objeto;

**25.1.3.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, a ser registrado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

**25.2.** As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração, assegurado à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

**25.3.** O valor das multas aplicadas poderá ser descontado dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado judicialmente, caso não haja saldo contratual suficiente.

**25.4.** A aplicação das sanções não exime a contratada da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução irregular do contrato.

## **26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**26.1.** A contratação implica a plena e irrestrita aceitação, pela contratada, de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

**26.2.** Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente da Câmara Municipal de Primavera do Leste – MT, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, com a legislação





correlata e com os princípios gerais do direito administrativo.

**26.3.** Em caso de divergência entre este Termo de Referência e a proposta apresentada, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência e em seus anexos.

**26.4.** Fica eleito o foro da Comarca de Primavera do Leste – MT para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**26.5.** O presente Termo de Referência integra o processo administrativo da contratação, vinculando-se ao Estudo Técnico Preliminar, à proposta comercial apresentada, ao ato autorizador da contratação e aos demais documentos que instruem o feito, servindo de base para a formalização do instrumento contratual e para a execução do objeto.

**Gabriele Rossatti Breda**

**Assessor Legislativo - Portaria nº 40, de 01/ 2025  
Setor de compras - Titular – Matrícula 881**

\*Original assinado nos autos do processo.